CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DO TRABALHO

ATA DA 62ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO FÓRUM ESTADUAL DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE DO ESTADO DO CEARÁ

Data: 17 de março de 2026
Horário: 14h
Local: Conselho Regional de Contabilidade do Ceará – CRC/CE
Formato: Híbrido

Aos dezessete dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, às quatorze horas, realizou-se a 62ª Reunião Ordinária do Fórum Estadual das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Estado do Ceará, em formato híbrido, tendo como sede o Conselho Regional de Contabilidade do Ceará – CRC/CE, sob a coordenação da Secretaria do Trabalho, por meio da Coordenadoria de Empreendedorismo e Educação Profissional – COEMP. 1. PARTICIPANTES. Participaram presencialmente: Rondinelly Coelho Rodrigues(Presidente do CRC-Ce) Vladyson da Silva Viana (Secretário do Trabalho do Estado do Ceará); Welington Ribeiro (Suplente – SET); Ivna Machado e Patrícia Duarte de Araújo (Técnicas da SET); José Albuquerque Costa (Titular – CRA); André Jorge Guilhermino da Cruz (Titular – CRC/CE); Cícero Hércules (Titular – SDE); Rafael Aureliano Gonçalves Branco e Darcyla Lima (Titular e Suplente – ADECE); José Aires Pinheiro (Representante do BNB); Felipe de Castro Figueiredo (Titular – CAIXA); José Edivaldo Fernandes Nunes (Titular – FAMPEC); e Lauro Martins Figueiredo (Titular – FIEC). Participaram virtualmente: Nathalie Araújo do Nascimento (Suplente – CORREIOS/CCE); José Crisllânio Silva Viana (Suplente – SECULT); Helderiza Queiroz (Titular – APRECE); Thiago Ayres Barreira de Campos Barros (Suplente – SECITECE); Valdir Augusto da Silva (Titular – SEPLAG); e Marcos Pompeu (Suplente – FECOMÉRCIO). 2. ABERTURA. A reunião foi iniciada pelo Sr. Welington Ribeiro, que deu as boas-vindas aos participantes, agradeceu a presença de todos e destacou a relevância do Fórum como espaço estratégico de diálogo e construção coletiva de políticas públicas voltadas ao fortalecimento das micro e pequenas empresas no Estado do Ceará. Por fim passou a palavra ao presidente do CRC Rondinelly Coelho Rodrigues que ressaltou o papel da classe contábil como elo fundamental entre empresários, instituições financeiras e o poder público, enfatizando a necessidade de atuação integrada para promoção da desburocratização, simplificação de processos e estímulo ao desenvolvimento econômico. Destacou também o compromisso da sua gestão para o biênio 2026–2027 com o fortalecimento das micro e pequenas empresas, bem como a importância da escuta ativa dos diversos atores envolvidos. Em seguidas o Secretário Vladyson agradeceu a boa receptividade do CRC e pontuou sobre a importância da cooperação para que o Fórum tenha sucesso e consiga trabalhar no sentido de propostas para apoiar os pequenos negócios do Ceará. 3. CONTEXTUALIZAÇÃO INSTITUCIONAL. Foi evidenciado o papel estratégico das micro e pequenas empresas no desenvolvimento econômico estadual e nacional, sendo consideradas prioridade tanto para o Governo do Estado quanto para o Governo Federal. Nesse contexto, destacou-se: A atuação do Fórum Estadual em articulação com o Fórum Nacional; Os avanços nas iniciativas de desburocratização, especialmente no que se refere à abertura simplificada de empresas; A importância da transformação das discussões do Fórum em políticas públicas efetivas. 4. DEFINIÇÃO DA PAUTA. Considerando a relevância e urgência do tema, foi

deliberado que a reunião teria início com o debate acerca da Reforma Tributária, conforme proposição do comitê temático previamente constituído, com participação do Conselho Regional de Contabilidade e da Junta Comercial. 5. PRINCIPAIS TEMAS DISCUTIDOS. 5.1 Reforma Tributária. Foram amplamente debatidos os impactos da Reforma Tributária junto às micro e pequenas empresas, destacando-se: Preocupações com possível aumento da carga tributária, especialmente para pequenos negócios; Falta de clareza nas normativas, gerando insegurança jurídica aos contribuintes; Dificuldades de adaptação ao novo sistema (IBS/CBS), sobretudo durante o período de transição com o modelo atual; Impactos no fluxo de caixa das empresas; Necessidade de planejamento tributário antecipado; Importância da realização de simulações práticas para melhor compreensão dos efeitos da reforma; Sobrecarga dos profissionais da contabilidade no período de transição; Riscos de migração de empresas do Simples Nacional para outros regimes tributários. 5.2 Impactos sobre Micro e Pequenos Empreendedores. Foram levantadas preocupações quanto a: Capacidade de adaptação dos pequenos empreendedores; Necessidade de orientação prática e acessível; Risco de aumento da informalidade; Dificuldades de acesso ao crédito; Necessidade de revisão de legislações locais, tais como alvarás, uso e ocupação do solo e tributos municipais. 5.3 Mercado de Trabalho e Relações Laborais. Debateu-se, ainda: Possíveis impactos da redução da jornada de trabalho (escala 6x1); Tendência de crescimento da pejotização; Desafios relacionados à disponibilidade de mão de obra qualificada; Mudanças no comportamento do trabalhador, com maior busca por autonomia; Impactos diretos sobre micro e pequenas empresas, especialmente no setor de serviços. 5.4 Informalidade e Empreendedorismo. Foram destacadas: Elevadas taxas de informalidade, especialmente em municípios de menor porte; Necessidade de políticas públicas que incentivem a formalização; Importância do microcrédito orientado; Relevância do empreendedorismo como alternativa de geração de renda. 6. PROPOSTAS E ENCAMINHAMENTOS. Durante a reunião, foram apresentadas as seguintes propostas: Estruturação de programas de capacitação e formação sobre a Reforma Tributária; Realização de ações de mobilização regional com apoio institucional; Desenvolvimento de ferramentas de simulação tributária para apoio aos empresários; Elaboração de propostas técnicas a serem encaminhadas à Secretaria da Fazenda e demais órgãos competentes; Ampliação do diálogo com entidades parceiras; Definição de estratégias de apoio direto aos microempreendedores, com orientações práticas e acessíveis. 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS. Reforçou-se a importância do Fórum como espaço estratégico para construção de soluções integradas, destacando a necessidade de atuação coordenada entre governo, entidades representativas e setor produtivo. Ressaltou-se, ainda, o compromisso com o encaminhamento das propostas apresentadas, visando à minimização dos impactos das mudanças estruturais em curso. 8. ENCERRAMENTO. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada, ficando registrada a importância da continuidade dos debates e do acompanhamento sistemático das pautas estruturantes discutidas.

Fortaleza, 17 de março de 2026.

José Welington Ribeiro Silva
Coordenador de Empreendedorismo e Educação Profissional – COEMP